

**ACORDANDO OS DA CASA-GRANDE: OS IMPACTOS DO PROCESSO DE
ENCARCERAMENTO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES NEGRAS EM SALVADOR**

**AWAKENING THOSE IN THE BIG HOUSE: THE IMPACTS OF THE INCARCERATION
PROCESS ON THE MENTAL HEALTH OF BLACK WOMEN IN SALVADOR**

**DESPERTAR A LOS DE LA CASA GRANDE: LOS IMPACTOS DEL PROCESO DE
ENCARCELAMIENTO EN LA SALUD MENTAL DE LAS MUJERES NEGRAS EN
SALVADOR**



10.56238/revgeov17n2-154

Beatriz Carrascosa França

Mestranda em Psicologia e Intervenções em Saúde
Instituição: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
E-mail: beatrizcfranca18@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9820611606829194>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7159-7808>

Veridiana Silva Machado

Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos
Instituição: Universidade Federal da Bahia (POSAFRO), Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
E-mail: veridianamachado@bahiana.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3956207840093914>

RESUMO

Considerando o crescimento do encarceramento em massa da população negra e feminina no Brasil, é imprescindível o aprofundamento do debate a respeito das suas consequências para a população criminalizada. Compreende-se que o processo de encarceramento, atravessado pelo racismo, pelo sexismo e vivenciado como uma experiência traumática, ultrapassa a privação de liberdade em seu sistema de punições, provocando consequências físicas e psicológicas para mulheres negras. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo geral refletir sobre os impactos do processo de encarceramento na saúde mental de mulheres negras encarceradas e sentenciadas em Salvador a partir de um relato de experiência e como objetivos específicos: discutir sobre o processo sócio-histórico de encarceramento das mulheres negras; descrever o Projeto “Corpos Indóceis e Mentis Livres” com mulheres encarceradas e sentenciadas na Penitenciária Lemos de Brito; refletir sobre a realidade psicossocial do público contemplado na intervenção realizada. O delineamento metodológico adotado no presente estudo é de um relato de experiência articulado à “Escrivência” como ferramenta metodológica. Os resultados estão organizados em três seções. A primeira aborda a chegada ao Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, as primeiras impressões e os impactos do encarceramento na saúde mental das mulheres presas. A segunda seção compreende o dia do lançamento do livro de poemas escritos pelas mulheres encarceradas. A terceira seção se dedica a trazer as minhas vivências em um outro dia de prática em campo, explorando os aspectos da violência



no cotidiano da população negra e da repressão das emoções enquanto mecanismo histórico de sobrevivência.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino. Saúde Mental. Mulheres Negras. Sofrimento Psíquico. Escrivência.

ABSTRACT

Considering the growth of mass incarceration of the Black and female population in Brazil, it is essential to deepen the debate regarding its consequences for the criminalized population. It is understood that the incarceration process, permeated by racism and sexism and experienced as a traumatic event, goes beyond the deprivation of liberty within its system of punishments, causing physical and psychological consequences for Black women. In this sense, this work has the general objective of reflecting on the impacts of the incarceration process on the mental health of incarcerated and sentenced Black women in Salvador, based on an experiential account, and the specific objectives are: to discuss the socio-historical process of incarceration of Black women; to describe the "Untamed Bodies and Free Minds" Project with incarcerated and sentenced women at the Lemos de Brito Penitentiary; and to reflect on the psychosocial reality of the target population in the intervention. The methodological design adopted in this study is that of an experience report articulated with "Writing from Experience" as a methodological tool. The results are organized into three sections. The first addresses the arrival at the Women's Penitentiary of the Lemos de Brito Penitentiary Complex, the first impressions, and the impacts of incarceration on the mental health of the incarcerated women. The second section covers the day of the launch of the book of poems written by the incarcerated women. The third section is dedicated to presenting my experiences on another day of fieldwork, exploring aspects of violence in the daily lives of the Black population and the repression of emotions as a historical mechanism of survival.

Keywords: Female Incarceration. Mental Health. Black Women. Psychological Suffering. Writing from Experience.

RESUMEN

Considerando el crecimiento del encarcelamiento masivo de la población negra y femenina en Brasil, es fundamental profundizar el debate sobre sus consecuencias para la población criminalizada. Se entiende que el proceso de encarcelamiento, permeado por el racismo y el sexismo y vivido como un evento traumático, trasciende la privación de libertad dentro de su sistema de castigos, causando consecuencias físicas y psicológicas para las mujeres negras. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo general reflexionar sobre los impactos del encarcelamiento en la salud mental de las mujeres negras encarceladas y condenadas en Salvador, a partir de un relato experiencial. Los objetivos específicos son: discutir el proceso sociohistórico del encarcelamiento de mujeres negras; describir el Proyecto "Cuerpos Indómitos y Mentes Libres" con mujeres encarceladas y condenadas en la Penitenciaría de Lemos de Brito; y reflexionar sobre la realidad psicosocial de la población objetivo de la intervención. El diseño metodológico adoptado en este estudio es el de un relato de experiencia articulado con la "Escritura desde la Experiencia" como herramienta metodológica. Los resultados se organizan en tres secciones. La primera aborda la llegada a la Penitenciaría de Mujeres del Complejo Penitenciario Lemos de Brito, las primeras impresiones y el impacto del encarcelamiento en la salud mental de las mujeres encarceladas. La segunda sección abarca el día de la presentación del libro de poemas escrito por las mujeres encarceladas. La tercera sección está dedicada a presentar mis experiencias en otro día de trabajo de campo, explorando aspectos de la violencia en la vida cotidiana de la población negra y la represión de las emociones como mecanismo histórico de supervivencia.

Palabras clave: Encarcelamiento Femenino. Salud Mental. Mujeres Negras. Sufrimiento Psicológico. Escritura Desde la Experiencia.



1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento exponencial do encarceramento em massa da população negra no Brasil, que se estabelece como o país que concentra a terceira maior população carcerária do mundo, torna-se imprescindível a ampliação da discussão sobre o tema e o aprofundamento do debate a respeito das raízes do sistema prisional e suas consequências para quem criminaliza e torna seu próprio alvo. De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹, em 2022, o Brasil atingiu a maior população carcerária da sua história, com mais de 832 mil pessoas presas, sendo 68,2% desse grupo pessoas negras – o maior percentual já registrado. Para além, o Brasil também se tornou o país com a terceira maior população carcerária feminina do mundo, que quadruplicou ao longo de 20 anos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Este aumento exponencial chega a 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, segundo dados do Infopen.² Dentre as mais de 42 mil mulheres encarceradas, 62% são negras. Segundo a **Defensoria Pública do Estado (DP-BA)**³, **atualmente, 92% das mulheres presas na Bahia são negras.**

Nesse âmbito, o presente trabalho direciona seu olhar para mulheres negras encarceradas e sentenciadas na cidade de Salvador, no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, tendo em vista a urgência ético-política de fazer ecoar as vozes de um público que, ao terem seus corpos interseccionados por violências sistêmicas cotidianas, são tomadas pela sociedade como resto, dejetos e bodes expiatórios em nosso imaginário socialmente compartilhado. É necessário punir, encontrar um inimigo para nele projetar tudo o que é conflituoso e paradoxal na humanidade. Nesse cenário, é o corpo-alvo da mulher negra que se encontra no epicentro das guerras diárias empurradas para debaixo dos panos, e assim, elas são sub-repticiamente silenciadas, presas e torturadas.

Conforme discussões contemporâneas a respeito da problemática do encarceramento, Akotirene (2020) em “Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas”, discorre sobre como os mecanismos de “justiça”, a repressão policial e demais aparatos de controle do Estado, são utilizados como ferramentas de criminalização e morte da população negra. Para Akotirene (2020), devemos olhar para a prisão de mulheres negras de modo interseccional, pois só assim será possível perceber os mecanismos do sexismo e racismo institucionais que trabalham em conjunto para punir seus comportamentos, estigmatizados como perigosos, inadequados e passíveis de punição.

Considerando o processo de encarceramento em massa exposto a princípio como um agente ativo de vulnerabilização das mulheres negras, é impraticável não se indagar a respeito das suas

¹ Consultar dados em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

² Consultar dados em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

³ Consultar dados em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/30/mais-de-90percent-das-mulheres-encarceradas-na-bahia-sao-negras-aponta-defensoria-publica.ghtml#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pela%20Defensoria,autodeclaram%20pardas%20e%2011%25%20negras.>



implicações na saúde mental desse grupo. Pensada como um produto de relações complexas entre aspectos biológicos, psicológicos e sociais, a saúde mental depende de um equilíbrio dinâmico nas interações do indivíduo com os outros, suas características orgânicas e antecedentes pessoais e familiares (Martins, Lima & Santos, 2020). Segundo os autores, a exposição a eventos traumáticos e estressantes, como vivências de violência e exclusão social, pode provocar alterações emocionais negativas na saúde mental dos sujeitos. Em consonância com esses diálogos, para Tavares (2018), as cenas de sujeição provocadas pelo racismo, suas formas de violência físicas, simbólicas e os altos níveis de estresse gerados pela vulnerabilidade social produzem configurações específicas de adoecimento físico e psicológico na população negra.

Ademais, Freud (1923) apud Kilomba (2019) em *Além do princípio do prazer*, caracteriza o trauma como resultado de uma violação da barreira que permite apenas que quantidades toleráveis de excitação externa a atravessem. Nesse sentido, para Kilomba (2019), um evento se torna traumático quando uma experiência violenta e inesperada acontece com o sujeito sem que ele a desejasse. Aqui, o racismo cotidiano (conceito trabalhado pela autora), possui uma imprevisibilidade que leva a efeitos prejudiciais para o aparato psíquico. Seguindo por essa proposta, o encarceramento marcado pelo racismo e vivenciado como uma experiência de caráter traumático e violento, se constitui como um intenso fator de adoecimento mental e agravos na saúde para as mulheres negras.

Nesse contexto, o encarceramento caracteriza-se como um processo que sufoca a vida e se enreda nas entranhas da sociedade, oprime e mortifica as subjetividades de homens e mulheres negras, instalando-se no imaginário social e produzindo narrativas de subjugação transgeracionais que encontram seus fundamentos na história da escravidão. Dessa forma, este relato de experiência possui o objetivo de refletir sobre os impactos do processo de encarceramento na saúde mental de mulheres negras encarceradas e sentenciadas no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador. Além disso, propõe-se a realizar uma discussão acerca do processo sócio-histórico de encarceramento deste público e refletir a respeito da sua realidade psicossocial, a partir das minhas vivências neste espaço enquanto mulher negra, estudante da graduação de Psicologia e integrante do projeto de extensão do Coletivo “Corpos Indóceis e Mentis Livres”, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

1.1 MAPEANDO OS NOSSOS DESAFIOS

Historicamente, o corpo para Foucault (1987) está preso no interior de poderes muito restritivos, constantemente lhe impondo todos os tipos de limitações, proibições ou obrigações, submetido às chamadas disciplinas, que permitem o controle minucioso das suas operações, realizando a sujeição constante de suas forças e lhes impondo uma relação de docilidade-utilidade (Foucault, 1987, p. 118). Portanto, o corpo seria uma estrutura passível de ser moldada pelas ferramentas



disciplinares de controle, tendo em vista que ele é atravessado ao longo de toda sua vida por técnicas de poder institucionais, como escolas, hospitais e a prisão. Dessa forma, a disciplina e a vigilância trabalham de modo a docilizar corpos e comportamentos (Borges, 2019).

De acordo com essa perspectiva, não é arbitrário que a ideia de punição já esteja naturalizada no imaginário social (Borges, 2019). É preciso controlar os comportamentos dissidentes das normas sociais para assim criar-se uma falsa sensação de segurança coletiva. Para que esta fronteira seja construída, é necessária a produção imaginária de um possível invasor – o inimigo. Este infrator em potencial, corpo que transita pelas margens, traidor da própria sociedade, será lançado contra todo o corpo social, arremessado contra todos os poderes, espoliado de seus direitos (Foucault, 1987). Não teríamos nós o direito de puni-lo?

A questão que aqui se impõe é: qual seria o perfil deste traidor? Quem poderia se constituir como o inimigo comum a todos, sob o qual levanta-se um poder absoluto e incontestável? Ora, não poderia ser outro além do corpo negro, alvo da política de fazer viver e deixar morrer do *biopoder*. Segundo Carneiro (2023), que lança um olhar de aliança crítica ao pensamento foucaultiano, de onde vem este conceito de biopoder, o racismo perpassa o poder político de matar, gerenciando-o através da sua inserção nos mecanismos internos do Estado. O racismo, portanto, “cumpre o papel de fragmentar o campo biológico, do qual o poder tomou conta, para dividi-lo conforme “raças” e assim introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer” (Carneiro, 2023, p. 63). Desse modo, para a autora, o racismo e o poder, como biopoder, são indissociáveis, interdependentes: a morte de um outro – degenerado e de raça inferior – possibilita que o biopoder promova a vida da raça mais pura. Para que a vida deste grupo seja promovida, é preciso que se tire a vida do outro (Carneiro, 2023).

É dentro dessa lógica que as prisões e suas técnicas de controle e degradação se mantêm e prosperam. Elas se constituem como a materialização do desejo e poder de punir o outro. É nesse espaço que o inimigo pode sofrer as duras retaliações da sociedade em sua sede de vingança. Nesse teatro sangrento, quem protagoniza o palco da violência é o Estado e seus aparelhos torturantes da mente e dos corpos da população negra. Nesse contexto, o inimigo, o representante do mal, tem cor, e mais ainda: tem gênero e classe. Assim, é principalmente a mulher negra e pobre que tem um alvo pintado em suas costas, é ela quem sofrerá a projeção do ódio e do desprezo da sociedade, tendo como as últimas consequências de seu destino a morte ou a prisão.

Pensando a história do sistema prisional a partir dessa perspectiva de gênero, raça e classe, para a filósofa Davis (2016), as técnicas de punição e controle da população negra se perpetuaram ao longo do tempo, mesmo após a abolição da escravatura ao redor do mundo. No século XIX nos Estados Unidos, após a emancipação, tornou-se comum a prática de contratação de pessoas encarceradas. Por meio desse sistema, a população negra era forçada a exercer os mesmos papéis anteriormente atribuídos pela escravidão, ao passo que eram aprisionados e sentenciados a longas penas ou multas,



sob os menores pretextos, para que servissem como mão de obra carcerária. Além disso, o abuso sexual de mulheres negras, rotineiro no período da escravidão, continuou ocorrendo, e, caso resistissem aos ataques, poderiam ser encarceradas (Davis, 2016, p. 105). Dessa forma, Davis (2016) considera o sistema prisional como um retorno a outra forma de escravidão.

No Brasil, segundo Machado e Bairrão (2015), após a abolição da escravidão em 1888, o imaginário brasileiro caracterizava os negros como inferiores, perigosos, vagabundos, baderneiros e marginais, principalmente devido às rebeliões ocorridas na primeira metade do século XIX. Nesse cenário social, a população negra já era fortemente criminalizada e o alvo do encarceramento pelo Estado já estava delineado em suas costas.

Atualmente, para Borges (2019), em seus estudos sobre o encarceramento em massa, as mulheres compõem o segmento que mais cresce no encarceramento, sendo que desse grupo, 68% são negras. Ademais, a autora discorre sobre a relação entre o sistema prisional atual e as punições da época da escravidão, considerando os abusos sexuais de senhores brancos contra mulheres negras escravizadas no âmbito do sistema punitivo privado, mas que não obstante, a herança desses atos de hipersexualização de mulheres negras deixa resquícios no sistema penal até hoje. Essa visão hipersexualizada e racializada de uma relação de poder desigual que se estabelece entre criminalidade e sexualidade potencializa as vulnerabilidades no interior do sistema prisional (Borges, 2019).

Assim, a existência e manutenção das prisões depende intrinsecamente da violência, da autorização para degradar e agredir. Essa autorização parte não apenas do Estado e seus aparatos judiciários e policiais, mas também do silêncio de toda a sociedade, conivente com a tortura nos presídios, e muitas vezes signatária de um pacto histórico para inviabilizar, calar e mortificar a população negra, seus corpos e suas subjetividades.

1.2 MERGULHANDO EM ÁGUAS REVOLTAS

A engenharia punitiva do Estado brasileiro, herdeira de sua história de exploração, degradação, aprisionamento e genocídio de corpos negros, também opera de modo a perpetuar as relações escravocratas através do sistema prisional. Para Carrascosa (2018), as suas vivências na Penitenciária Feminina Lemos de Brito, através do projeto de extensão “Corpos Indóceis e Mentis Livres”, do qual é coordenadora, e seu encontro com mulheres sujeitas ao abandono e tortura do Estado, a ensinaram que no corpo encarcerado de uma mulher negra, “toda a guerra daquilo que faz o mundo ‘moderno’ subsiste” (Carrascosa, 2018, p. 32). Segundo a autora, este corpo irá sofrer a tortura perversa dos aparatos da escravidão, a vigilância ininterrupta das prisões que o impedirão de gritar por seus direitos, a negligência médica e psiquiátrica, além do desprezo e retaliação do aparato judiciário e policial.

Não arbitrariamente, todas essas formas de violência aplicadas pelo Estado estão camufladas pelo silêncio, permitidas pelas leis e ovacionadas por interesses concomitantemente pessoais e



coletivos de vingança. A sociedade, movida por seu desejo implacável de produzir inimigos e expurgar o “mal”, projeta na mulher negra seu ódio e necessita se vingar dela, criminalizá-la e puni-la. Assim, o sistema prisional se constitui como possibilitador da realização material desse desejo, sob a égide do mito da proteção da sociedade civil e ressocialização de corpos perigosos.

Para que essas estruturas de controle e morte da população negra continuem em vigor, é preciso que elas sejam legitimadas. Nesse sentido, o assim chamado projeto nacional necropolítico (Mbembe, 2018), que se define pelo uso do poder político e social, por parte do Estado, para determinar quem tem direito à vida e quem deve morrer, tem como um de seus alvos a população negra e pobre. Essa política de morte se disfarça de sistema criminal, adota legislações e faz cumprir a lei em defesa do bem-estar da sociedade, sem que a própria população negra esteja incluída dentro do circuito de proteção social (Pinheiro e Barreto, 2021). Dessa forma, os grupos vulnerabilizados se tornam alvo do mercado informal e da "política de drogas" e encontram sua governabilidade - vigilância e punição - no sistema carcerário e na política de genocídio em massa.

Akotirene (2020, p. 124-125) aponta a prevalência de pessoas negras no Conjunto Penal Feminino de Salvador, destacando a esmagadora política de exclusão social para a população negra em relação à população branca, o que revela a seletividade racial do Estado “enquanto regulador das relações sociais, sob a forma de inclusão das minorias raciais em políticas públicas distintas e a população negra, majoritária, em outras malquistas” (Akotirene, 2020). Para a autora,

“A culpabilidade da população negra, a seletividade racial da segurança pública e o descaso para implantação e monitoramento de políticas públicas focadas em gênero e raça no âmbito prisional adoecem o corpo e a mente das mulheres encarceradas, vítimas de doses de racismo e sexismo cotidianos” (Akotirene, 2020, p. 186).

De fato, o processo de encarceramento – que engloba desde o momento do flagrante, detenção, audiência de custódia, sentença e aprisionamento – provoca consequências, não apenas físicas, mas também mentais para as mulheres negras. As violências no cárcere são contínuas, ininterruptas e diversas, dentre elas: o isolamento da sociedade, quando não o isolamento do próprio convívio com os sujeitos na prisão (a tranca), humilhações verbais, castigos corporais e negação do acesso à saúde de qualidade.

De acordo com Silva (2018), em sua pesquisa acerca da percepção das mulheres encarceradas sobre suas condições de saúde física e mental no ambiente carcerário, realizada no Conjunto Penal Feminino de Salvador, mediante aplicação do questionário SQR (*Self Report Questionnaire*) para avaliação da saúde mental deste público, as prisões são locais de reprodução de opressões e adoecimento, principalmente mental, além do corpo feminino majoritariamente presente no sistema prisional ser negro e pobre. Os dados de sua pesquisa apontam para o comprometimento da saúde mental dessas mulheres, demonstrando possíveis transtornos mentais em toda a amostra. Ademais, os



sintomas de humor depressivo aparecem com maior prevalência entre as internas, seguidos por sintomas somáticos, além do relato de tentativas de suicídio dentro da prisão por algumas participantes da pesquisa.

Conforme estudos de Birmingham (2003) apud Coelho (2012), os problemas de saúde mental são os fatores mais significativos de morbidade nas prisões, se caracterizando por insônia, preocupação, fadiga, depressão e irritabilidade. Pessoas encarceradas, mentalmente adoecidas, constantemente ficam sem receber tratamento por falta de reconhecimento de suas necessidades, pois no sistema prisional, as alterações de comportamento são mais vistas como problemas disciplinares do que como necessidades de saúde (Coelho, 2012). Dessa forma, são diversas as causas de adoecimento mental da população carcerária: além da falta de assistência médica e psicológica, ela está submetida a precárias condições de higiene, ventilação e acomodação; superlotação; isolamento da comunidade; interrupção de projetos de vida e estigmas da criminalização (Coelho, 2012).

Pautado na justificativa da ressocialização, o sistema prisional se mantém bestializando corpos de homens e mulheres, majoritariamente negras e produzindo subjetividades fragilizadas, que retornarão para a sociedade com poucas perspectivas de vida pós-cadeia. Os presídios, assim, configuram-se como depósitos humanos e protagonizam as cenas mais perversas e de maiores violações de direitos básicos. Quando se é preso, não há apenas o cerceamento da sua liberdade, tira-se também seu direito à “honra, privacidade, intimidade, liberdade sexual, saúde, educação, assistência jurídica, alimentação e vestuário dignos” (Siqueira e Andreoli, 2021).

Outrossim, embora a realidade prisional trabalhe de modo a sufocar e desmontar toda e qualquer mobilização a favor da vida e da dignidade para a população carcerária, projetos a exemplo do Coletivo Corpos Indóceis e Mentes Livres (re)existem. Ao longo da minha experiência como integrante do grupo extensionista, pude vivenciar a trajetória contínua, persistente e dolorosa de se caminhar na contracorrente e chocar o próprio corpo contra longínquas estruturas sólidas, tentando não me desmontar no processo. O que nos sustenta? Acreditamos que é a crença em um projeto de mundo, no potencial humano de visualizar a liberdade do pensamento e transcender a lógica do punitivismo, mesmo que as artimanhas do Estado e seus executores trabalhem continuamente no desmonte desse projeto de libertação. Mas, apesar disso, por conta disso, seguimos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se constitui como um relato de experiência com o intuito de refletir sobre os impactos do processo de encarceramento na saúde mental de mulheres negras, a partir das minhas experiências no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador, enquanto participante do Coletivo “Corpos Indóceis e Mentes Livres” – projeto de extensão em



atividade ininterrupta desde 2010, vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como técnica de pesquisa, foram utilizados diários de campo escritos ao longo dos encontros.

Busquei contemplar os objetivos apresentados a partir da escrita de um relato de experiência, tendo em vista o seu potencial para deslocar a(o) autor(a)/ pesquisador(a) de uma posição de pretensa neutralidade e distanciamento objetivo, para posicioná-la(o) como sujeito da experiência que atravessa seu corpo e reinventa saberes na coletividade, de modo interrelacional. O relato de experiência possui importância significativa para além deste trabalho, pois “utilizar o RE como metodologia de construção de conhecimento científico, de forma descentralizada, significa abdicar da pretensão moderna do discurso unificado e total” (Daltro e Faria, 2019). Caminhando na contracorrente dos pressupostos da ciência moderna, o relato de experiência foi utilizado neste trabalho para desmontar as relações de hierarquia naturalmente presentes em uma pesquisa acadêmica e construir um saber escreviente.

Escreviente, pois sendo o relato de experiência um trabalho de linguagem que performatiza a experiência de singularização (Daltro e Faria, 2019), a “Escrevivência” – conceito criado pela escritora Conceição Evaristo – se apresenta como a linguagem capaz de narrar e expressar o que vivenciei dentro do sistema prisional enquanto mulher negra ora como ouvinte, ora com a palavra e sempre emaranhada em uma complexidade de afetos que se desenham pela identificação com outras mulheres negras, vivenciando uma realidade diferente da minha, porém compartilhando a mesma história coletiva de um povo em diáspora.

Articulo o conceito de “Escrevivência” como ferramenta metodológica ao relato de experiência, considerando que essa metodologia possibilita o desmonte do distanciamento entre sujeito de pesquisa e pesquisadora, ao “transformar discursos sobre mulheres negras em narrativas em primeira pessoa” (Soares & Machado, 2017). Assim, procuro viabilizar uma relação equânime entre mim e as mulheres encarceradas participantes do projeto, propiciando uma eclosão de narrativas compartilhadas coletivamente por mulheres negras, sem hierarquias. Segundo Soares e Machado (2017), a Escrevivência, em sua dimensão ética, pode propiciar que a autora esteja posicionada no lugar de alguém que evoca, através de suas próprias narrativas e de sua voz, a história de um “nós” compartilhado.

Nesse sentido, a escolha do delineamento metodológico neste estudo se fundamenta na relevância de se construir um saber interrelacional que ao invés de produzir apagamentos e discursos sobre um Outro invisibilizado e silenciado, poderá pavimentar caminhos para a construção de um protagonismo negro e feminino no saber acadêmico.

Este estudo compreende três encontros realizados no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador, no ano de 2023, entre os meses de maio a setembro. Embora o projeto possua catorze anos de trajetória, iniciei minha participação no ano de 2020. Ademais, a escolha por três encontros se justifica pela seleção de dias específicos, de acordo com



eventos transcorridos, que mobilizaram essa escrita, dando corpo, forma e sentido ao relato. É fundamental destacar que este estudo compõe o projeto de pesquisa “Estratégias de Garantias de Direitos para o Enfrentamento às Violências”, compreendendo, deste modo, todos os aspectos éticos, tendo sido aprovado pelo comitê de ética, CAAE n 58235822.9.0000.5544, parecer de número 5.622.713, aprovado em 2022. Ademais, serão atribuídos nomes de autorias literárias negras para se referir às mulheres encarceradas que participaram dos encontros.

2.1 CONTEXTO EM QUE O ESTUDO SE REALIZA: PROJETO “CORPOS INDÓCEIS E MENTES LIVRES”

O projeto referenciado consiste em um coletivo de mulheres negras que se propõe a usar a escrita literária em sentido expandido e conectado com várias outras artes (teatro, performance, dança, música, cinema) como tecnologia de produção subjetiva afirmativa de mulheres em situação de encarceramento, majoritariamente negras. Este projeto, coordenado pela professora doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Denise Carrascosa, gera remissão de pena pela leitura, conforme legislação vigente, bem como redução de danos do encarceramento e circulação da produção literária de escritoras encarceradas.

Iniciado no ano de 2010, o projeto atua no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador, há treze anos, sendo organizado por mulheres negras pesquisadoras, doutoras, doutorandas, mestrandas e estudantes de graduação de diversas áreas do conhecimento, incluindo literatura, teatro, cinema, psicologia e direito. Ademais, o Coletivo Corpos Indóceis e Mentes Livres é um projeto que não possui financiamento e está inscrito como projeto de extensão permanente, vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando voluntariamente com mulheres encarceradas.

A força motriz deste projeto é a compreensão da importância da luta pelo desencarceramento, bem como o potencial da nossa comunidade de construir novos projetos de mundo, nos quais a sociedade possa visualizar o sistema prisional não como a solução para os problemas de segurança pública, mas como uma continuidade dos processos de escravidão. A prisão, além de ser uma máquina lucrativa de aprisionamento e mortificação da população negra, impossibilita qualquer forma de ressocialização. Desse modo, o projeto realiza um trabalho ativista de base, articulando as mais diversas formas de arte, e principalmente a escrita, à luta feminista abolicionista pelo desmantelamento de sistemas carcerários (Davis, Dent, Meiners & Richie, 2023) e pela libertação física e psicológica de mulheres negras aprisionadas, ao lado das quais nos posicionamos de forma solidária.

Através de encontros semanais com grupos de mulheres encarceradas no Conjunto Penal Feminino, todas as quintas-feiras, nós realizamos rodas de conversa para refletir, dialogar e pensar criticamente sobre o texto da semana (são utilizados poemas, contos, romances, dentre outros gêneros



textuais) e, ao final de cada encontro, são indicadas atividades para que elas possam escrever durante a semana. De acordo com os objetivos do projeto e legislação vigente, a cada livro resenhado, as participantes do curso recebem uma redução de quatro dias de pena por mês. Ademais, a participação no curso gera redução de doze dias de pena por ano. Desse modo, este relato de experiência nasce e toma forma na eclosão dos afetos, saberes, denúncias, reflexões e identificações emergentes das minhas vivências neste coletivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 “AQUI, A GENTE NÃO CONFIA EM PALAVRA DE PRESA”

No dia 04 de maio de 2023, às 13h, eu e a professora coordenadora do Projeto Corpos Indóceis e Mentis Livres, Denise Carrascosa, estávamos adentrando o bairro de Mata Escura, em Salvador, onde se situa o Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, para realizarmos mais um dia de prática do curso de escrita literária para remição de pena de mulheres encarceradas. Era meu primeiro dia de participação do projeto em campo, de forma presencial, pois até então, eu havia apenas participado das atividades em formato telepresencial, durante o contexto da pandemia do Covid-19. Até o momento, enquanto participante do projeto, eu era responsável pela digitalização e organização dos textos produzidos pelas mulheres encarceradas no curso. Portanto, nesse dia, pude iniciar minhas atividades pela primeira vez em campo.

Entrando em Mata Escura, pela BR 324, prestei atenção ao que podia ver pelas janelas do carro. Me chamou atenção a arquitetura do bairro em si: cercado por muros e cercas elétricas, suas estruturas de concreto e tinta cinza me deixaram com a sensação de que eu já estava dentro do presídio. Quanto mais íamos chegando perto do Complexo, maior se tornava a sensação de que o ar dentro do carro estava se comprimindo e que o aspecto prisional do bairro estava engolindo tudo que morava dentro dele, inclusive nós, naquele momento. Perguntei-me como deveria ser a sensação de dormir e acordar todos os dias ao lado de um presídio. A realidade do encarceramento se tornaria mais presente – e possível – na minha vida ou a experiência cotidiana internalizaria todo o simbolismo daquele espaço, ao ponto da consciência deixar de compreender a hostilidade daquela estrutura?

De todo modo, não pude deixar de considerar aquelas imagens que se apresentaram para mim como uma representação da expansão do sistema carcerário para além de seus muros. A prisão existe e se perpetua em suas técnicas de punição pois ela também existe no nosso imaginário coletivo. O sistema prisional não se manteria, de forma secular, se não extrapolasse suas estruturas físicas até se entranhar nos arcaibouços subterrâneos do social. Não poderia ser arbitrária a forma que aquele bairro se constituiu, principalmente se considerarmos as pessoas majoritariamente negras que pude observar enquanto continuava no meu trajeto. Historicamente, essa população foi alvo da criminalização e punição do sistema prisional, sendo sistematicamente encarcerada de forma massiva no Brasil e



tornando-se a maior parte da população carcerária. Dessa forma, chegando cada vez mais perto do Complexo Penitenciário enquanto estudante de Psicologia, carregando no corpo a identidade de uma mulher negra, não consegui deixar de sentir a proximidade daquela realidade com a minha.

Ao chegarmos no Complexo Penitenciário Lemos de Brito, uma grande fachada escrita “SEAP-BA” com o brasão do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia nos recebeu, pintada em um muro branco com cercas elétricas.

Paramos o carro na entrada do Complexo, de frente para a portaria, onde seguranças aguardavam para nos identificar e permitir nossa passagem. Explicamos para a equipe que viemos realizar mais um dia de atividades do Coletivo Corpos Indóceis e Mentis Livres. Nos direcionando olhares desconfiados, como se não conhecessem o projeto, mesmo ele atuando havia treze anos, nos deixaram passar. Assim, nós nos encaminhamos até o Conjunto Penal Feminino para que pudéssemos estacionar e dar início às atividades.

Quando passamos pela entrada do Conjunto, agentes penitenciárias nos olharam como se analisassem todos os nossos movimentos. Duas delas pediram que nos identificássemos e explicássemos o que viemos fazer. “Quem são vocês?” A professora se identificou, explicando no que consistia o projeto que realizava e qual o seu tempo de atuação na unidade prisional. Apresentou-me como estudante de Psicologia e integrante do projeto. “Não te conheço, não sei que projeto é esse”, uma das agentes respondeu. Nesse momento, um dos membros da direção do presídio se encaminhou em nossa direção e cumprimentou a professora, confirmando as informações para as agentes. Já passava das 14h quando a nossa entrada foi liberada e pudemos nos direcionar para as salas de aula. Enquanto caminhávamos, a professora ressaltou que toda quinta-feira, pelos últimos treze anos, acontecia a mesma coisa.

Observei os cenários que se desenrolavam ao meu redor e percebi que o movimento de profissionais de saúde, vestidos com seus jalecos brancos, estava intenso. Uma mulher presa, algemada, passou ao nosso lado e imediatamente reconheceu a professora, avisando rapidamente que não poderia estar na sala de aula naquele dia. Logo depois, ouvi badaladas e vi outra mulher batendo nas grades da cela, gritando e avisando que estava com dor e precisava ver a assistente social. As batidas nas estruturas de metal ecoaram no meu corpo e senti as ondas sonoras estremecendo os meus ossos, pois não pude evitar ser atravessada por pensamentos diversos: há quanto tempo é negado a esta mulher acesso aos seus direitos à saúde? Há quantos dias ou semanas é possível que ela esteja com dor? Por que seus gritos ecoam e ecoam no vento em direção ao nada? Por que aquela aluna que passava algemada não poderia ir à aula? Para onde estava sendo levada?

Nem percebi quando chegamos até a sala em que realizaríamos a aula, mas quando entrei, procurei organizar os materiais para que pudéssemos dar início ao encontro: afastei as mesas e coloquei as cadeiras dispostas em semicírculo. Aos poucos, as mulheres – negras em sua absoluta maioria –

entravam e abraçavam a professora para cumprimentá-la e eu me apresentei a cada uma delas. Não me rejeitaram, mas percebi um óbvio distanciamento que eu já esperava que estaria presente por ser a primeira vez que me conheciam pessoalmente. Após alguns minutos, as alunas presentes logo nos informaram: “Hoje não vem muita gente não professora, tem muitas na tranca”.

A “tranca” mencionada é um espaço para onde as pessoas encarceradas são levadas para cumprir uma suposta “medida disciplinar” ou “administrativa” em isolamento dos demais detentos ou detentas, devido ao chamado “mau comportamento”. Lá, ficam impedidas(os) de receber visitas, participar de atividades e perdem o direito ao banho de sol. Tendo este fato em vista, assim que as alunas nos informaram que muitas mulheres estavam na tranca, me preocupei de imediato, supondo que esse ambiente se constituía por si só como um mecanismo de castigo e “docilização” dos corpos de pessoas encarceradas, violando seus direitos básicos.

Demos início às atividades da tarde com a leitura e análise do conto “Cela Forte” de Luiz Alberto Mendes, um escritor que já havia sido preso e passou trinta anos de sua vida encarcerado no sistema prisional paulista, tendo sido sobrevivente do massacre do Carandiru em 1992. O conto narra as humilhações sofridas pelo autor dentro da prisão, bem como o dia em que ele foi colocado em “regime de castigo”, sendo submetido a condições inumanas dentro da tal “tranca”. Realizamos uma leitura conjunta, deixando que as palavras saíssem do papel e percorressem as paredes daquela sala. As identificações com as experiências do escritor dentro da prisão iam emergindo e enquanto seus sofrimentos eram narrados, as mulheres se movimentavam inquietas em suas cadeiras. O conto também ia me revirando por dentro quanto mais destrinchávamos seus significantes: as cenas de horror descritas se tornavam reais para mim, pois na minha frente estavam mulheres, negras como eu, como as mulheres da minha família, que todos os dias vivenciavam esses mesmos horrores, que muitas de nós imaginamos ser apenas ficção.

Ao final da leitura, som algum era ouvido. Frases que lemos no conto como “Muitos enlouqueciam naquela cela forte” e “Encolhi, com meu exército de palavras desmantelado e minha alma menos minha” pairavam na sala, até o silêncio ser rompido por uma das mulheres, a qual darei o nome de Firmina⁴. Sua voz-denúncia, tomando proporções maiores que seu corpo, nos disse que a realidade dentro do Conjunto Penal Feminino não é nada diferente do conto. Ela relatou um cotidiano de violência e negligência dentro do presídio: procedimentos invasivos e humilhantes, falta de assistência médica, agressões físicas e verbais. Em consonância com as proposições de Siqueira e Andrecioli (2021), para Borges (2019), o encarceramento ultrapassa a privação de liberdade em seu sistema de punições, tendo em vista as mais variadas formas de violência física e psicológica às quais a população carcerária está submetida. Especificamente, em relação à população carcerária feminina,

⁴ Nome escolhido em homenagem à escritora Maria Firmina dos Reis, autora de “Úrsula”, primeiro romance abolicionista do Brasil, publicado em 1858.

alvo das violências marcadas pelo gênero, como negligência médica, negação de acesso ao controle reprodutivo e à medicação necessária (Borges, 2019).

Logo mais, outra aluna, Carolina⁵, se levantou para falar sobre a realidade de negligência em relação à saúde mental das mulheres presas: ela relata casos de adoecimento mental, como depressão e ansiedade e até tentativas de suicídio dentro do presídio. Carolina apontou que a maioria das mulheres presas está tomando remédio psiquiátrico, porém sem acompanhamento psicológico algum, além de suas necessidades médicas não serem atendidas. Não obstante, segundo Pinheiro e Barreto (2021), o aparecimento de sintomas ou condições psicopatológicas de risco em pessoas privadas de liberdade são relativamente mais frequentes em comparação à sociedade em geral. Além disso, o uso da medicalização por mulheres encarceradas é constantemente apontado como tentativa de lidar com a sua condição de vulnerabilidade dentro do cárcere e seus traumas emocionais, afetando a saúde mental deste público, que não encontra possibilidades de subverter as condições precárias às quais estão submetidas.

De acordo Bowler, Philips & Rees (2018) apud Bahiano & Faro (2022), os serviços de saúde mental ofertados à população carcerária não atendem às necessidades das pessoas presas, o que demonstra uma estratégica falta de cuidados e atenção psicológica para pessoas encarceradas. Dessa forma, o índice de depressão e transtornos mentais na população prisional, muitas vezes, é mais identificado do que na população em geral (Bahiano & Faro, 2022). Imersas em uma realidade de privação e negligência, as mulheres presas são atravessadas pelo adoecimento físico e mental, sem recursos disponíveis para lidar com o sofrimento que se apresenta.

Enquanto a discussão do texto lido continuava, as alunas complementavam-se umas às outras; suas vozes se somando e preenchendo a sala questionavam se só porque estavam presas mereciam passar por aqueles processos de desumanização. Afirmavam, assertivas, que deveriam perder o direito apenas de ir e vir, mas não a sua dignidade humana. Essas falas nos levam a retomar um dos problemas do sistema carcerário, apontado por Souto e Menezes (2016), no que se refere ao seu conjunto de punições. De acordo com as autoras, o Sistema Prisional Brasileiro não apenas isola as pessoas encarceradas, mas também as expõe a condições subumanas que criam obstáculos para a sua reintegração à sociedade.

Em meio a essas vozes, eu experimentei a sensação de sentir nos ossos uma dor que não experienciei, mas que também era minha. Enquanto mulher negra, não pude deixar de ver a mim, à minha mãe, minha avó, minhas tias, refletidas nos olhos daquelas mulheres. Fui tomada pelo sentimento de que nós não estávamos tão distantes umas das outras e que, nas marcas das paredes que sustentam aquela prisão, reside uma mesma história, compartilhada por todas nós.

⁵ Nome escolhido em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, autora de “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” e demais obras.

Quando o encontro se encerrou, nós nos despedimos das alunas e começamos a organizar as coisas para irmos embora. Entretanto, antes de sairmos, a professora do projeto me informou que precisávamos ir até a sala da administração para recolhermos as atividades que faltavam de algumas alunas. Estando posicionada no andar de cima, precisamos subir as escadas para chegarmos ao setor. Quando entramos na sala, uma funcionária da administração penitenciária nos cumprimentou e explicamos o motivo de termos ido até lá. A funcionária logo se adiantou, nos informando que uma sentenciada havia entregado resumos a ela, mas que ela não tinha certeza se a mulher era realmente aluna do nosso projeto. Assim, a professora prontamente verificou o nome e confirmou que ela era sua aluna. Logo, a funcionária não tardou a dizer: “Certo, pró, eu precisava confirmar porque você sabe né, aqui a gente não confia em palavra de presa”.

Descredibilizadas em suas falas, silenciadas em seus desejos e necessidades, às mulheres encarceradas não é dado o direito à confiabilidade, pois seus supostos crimes já as expropriam de qualquer dignidade. Em geral, pessoas em situação de cárcere são muitas vezes percebidas como incapazes, indolentes e dissimuladas, não sendo consideradas interlocutoras confiáveis e por isso, a maioria das suas necessidades não é atendida, a exemplo do seu sofrimento psíquico, que não é percebido como motivo suficiente para suscitar a assistência à saúde (Coelho, 2012). Além disso, ser mulher, negra e pobre dentro do sistema prisional pode ser uma condição analisada através da perspectiva interseccional, que pensa a articulação entre racismo, sexismo e capitalismo como produtora de efeitos violentos sobre a mulher negra, especificamente (Akotirene, 2020).

Compreendendo a administração penitenciária como uma extensão dos mecanismos de punição do Estado e um reflexo do imaginário social, ficou perceptível para mim, naquele momento, um acordo de silenciamento, do qual podemos ser todos signatários: é preciso calar as vozes que vem da prisão, descredibilizar as mulheres encarceradas para que estas não possam ter acesso aos seus direitos. Assim, é possível dar continuidade a um projeto de morte da população negra no cárcere. No submundo do país, onde ninguém pode ver, o escravismo e suas ferramentas de controle dos corpos se perpetuam e a sociedade se cala, pois quem poderia acreditar no que é dito, se aqui a gente não confia em palavra de presa?

3.2 BORRANDO A IMAGEM: A VOZ DAS MULHERES ENCARCERADAS

Na terça-feira do dia 11 de julho de 2023, a nossa tarde no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito transcorreu de forma revolucionária: este seria o dia em que as alunas do projeto lançariam o livro “Firminas em Fuga”. O livro em questão se constituiu como um conjunto de poemas escritos pelas mulheres encarceradas, digitados e organizados por nosso projeto Corpos Indóceis e Mentis Livres e oficialmente publicado. Nesse dia, a maioria das participantes do projeto estavam presentes, sendo todas mulheres negras pesquisadoras, doutoras, doutorandas,



mestrandas e estudantes de graduação de diferentes áreas do saber, além da presença das pesquisadoras e ativistas do feminismo abolicionista, Angela Davis e Gina Dent, que aceitaram participar desse momento e realizar também o lançamento do seu livro “Feminismo. Abolicionismo. Já?” dentro do presídio.

Chegando por volta das 15h, fomos recebidas pela administração penitenciária na porta do Conjunto Penal Feminino, nos encaminhando para o polivalente – espaço amplo onde ocorreria o lançamento. Quando chegamos no local, o ambiente estava organizado com uma grande mesa para que quem fosse falar pudesse se sentar e de frente para a mesa, estavam várias cadeiras dispostas em fila, como em uma sala de aula. O polivalente estava cheio: não apenas as mulheres presas nos aguardavam sentadas nas cadeiras, mas os profissionais de saúde do presídio também tinham vindo para o lançamento, bem como demais setores administrativos. Para a atividade, nosso coletivo - *Corpos Indóceis e Mentis Livres* – havia construído um roteiro com as alunas, com o título de: “A voz das mulheres encarceradas”, para que pudéssemos realizar a organização do evento. Preparamos também lanches para que elas pudessem levar para as celas após o lançamento, bem como um livro “Firminas em Fuga” e “Feminismo. Abolicionismo. Já?” para cada uma.

O lançamento se iniciou com a leitura do título “A voz das mulheres encarceradas” pela aluna Geni,⁶ seguida por Ana Maria⁷, que fazia a leitura de uma carta escrita por ela, ao Presidente da República, demandando uma mudança no sistema de remição de pena, pedindo que fosse alterada a lei que demanda três dias de trabalho para remir um dia da sentença. Embora estivesse nervosa, Ana Maria subiu em uma plataforma mais alta, pegou o microfone e falou com segurança e firmeza: recusando-se a se calar, ela usou da sua voz para contemplar todas as mulheres encarceradas, reivindicando seus direitos. Rompendo o silêncio, sua fala abre caminho para a atividade, cria ruptura nos pactos trançados e vem para nos dizer que mesmo encarcerada, suas palavras extrapolam as grades e têm imponência suficiente para se dirigir à toda a sociedade.

Dando seguimento à atividade, a aluna Conceição⁸ realizou a leitura de alguns poemas do livro, incluindo o poema “Preta”, de grande potência mobilizadora, que me atravessou intensamente quando eu estava digitando-o no processo de construção do livro:

Preta

Olha lá!
Olha lá a preta passando,
Vagando, se arrastando.
Carregando nas costas
O peso da custódia, da memória.
Olha lá a carne rasgada,
Açoitada, ensanguentada.

⁶ Nome escolhido em homenagem à escritora Geni Guimarães, autora de “A cor da ternura” e demais obras.

⁷ Nome escolhido em homenagem à escritora Ana Maria Gonçalves, autora de “Um defeito de cor” e demais obras.

⁸ Nome escolhido em homenagem à escritora Conceição Evaristo, romancista, poetisa e contista, é a criadora do conceito de “escrevivência”.



Olha lá uma preta guerreira,
Lutadora, lavadeira.
Uma preta que cai e se levanta,

Que não para, mesmo manca.

Olha lá a preta da favela,
Que há muito não é filha,
Que há muito já é mãe.
Mãe de uma nação,
Mãe de oração,
Mãe de sangue,
Mãe de leite, de choro, de coração.

Aquela preta é minha preta,
É “A” preta; rainha do ébano.
Aquela preta me pariu, me cuidou,

Me salvou.
Aquela preta me ergueu, me alimentou,
Me abençoou.

Aquela preta me ensinou
Que sou princesa, descendente de rainhas,
Que meu sangue é rubro, é forte,
Que minha grandeza não vai sumir à morte.
E que sou dona de mim.

Sou mulher de orixás,
Nenhuma corrente vai me parar.

Sou menina de Iemanjá,
Sou mulher preta.
E, à lua, eu sempre vou brilhar.
Porque, com orgulho, sou filha daquela preta.

- Ana Cristina Lima⁹

Podemos considerar que o poema de Ana Cristina, assim como a *Escrevivência* da escritora Conceição Evaristo, borra a imagem da mulher negra subjugada. Seu ato de escrita se anuncia para desfazer a imagem do passado em que o “corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sobre o controle de escravocratas, homens, mulheres e até crianças” (Evaristo, 2020, p.30). Nesse cenário, Ana Cristina inicia seu poema falando da perspectiva da sociedade, que olha para a mulher negra como o resto vilipendiado, encarcerado em sua pele, corpo que se arrasta e vaga, palco onde reside toda a violência humana, passível de punição, espetáculo para ser olhado (olhe lá!). Entretanto, ao longo da sua escrita, ela desconstrói essa imagem e desvela toda a potência de criação e reinvenção de mulher negra multifacetada, capaz de se posicionar da maneira que quiser no mundo.

⁹ Optei por manter o nome verdadeiro da escritora do poema, em razão à solicitação das mulheres encarceradas que seus nomes fossem mantidos na autoria das poesias no livro “Firminas em Fuga”.



Dando continuidade ao lançamento, outra aluna, Eliana,¹⁰ faz a leitura do que significa o conceito de “feminismo abolicionista” segundo a perspectiva coletiva das mulheres encarceradas, discutida durante os nossos encontros. Força motriz do projeto “Corpos Indóceis e Mentis Livres”, o feminismo abolicionista pode ser considerado um “conjunto de práticas que se desdobram historicamente desde o período pós-escravista e que se expandem geopoliticamente na contemporaneidade, contra as articulações de diversas formas de opressões” (Carrascosa, 2023). Compreende-se aqui que o feminismo é inimaginável sem o abolicionismo e vice-versa (Davis et al., 2011). Nesse sentido, as proposições feministas abolicionistas pavimentam nossos caminhos e fertilizam os terrenos do nosso projeto, na medida em que trabalhamos pela libertação física e psicológica de mulheres negras, bem como pela construção e aposta em um projeto para a sociedade que, futuramente, possa desmontar em seu imaginário a ideia de que as prisões sejam a solução para os problemas de segurança pública. Assim, após a leitura de Eliana, as escritoras Angela Davis e Gina Dent puderam dialogar com as pessoas presentes a respeito do tema.

Após os diálogos, nós organizamos uma breve cerimônia simbólica de união entre duas mulheres sentenciadas: Geni e Miriam¹¹, que já haviam compartilhado conosco o relacionamento entre elas, trocaram alianças. Naquele momento, observei a tensão que cercava o espaço, materializada nos corpos rígidos das agentes penitenciárias e nas curvas das colunas das mulheres presas. No entanto, as circunstâncias não impediram por completo as relações de afeto que iam se trançando na nossa memória. Geni e Miriam tinham sutis sorrisos nos rostos que se refletiam nos nossos, pois por algumas horas nós tecemos juntas costuras de revolução de dentro da prisão. Estávamos desfazendo a imagem, cozendo o amor que nos foi negado, desmontando a figura da mulher negra cerceada em seus desejos e afetos.

Para encerrar o lançamento, pedimos que as escritoras Angela Davis e Gina Dent autografassem o livro “Feminismo. Abolicionismo. Já?” para as mulheres presas. O tempo ia passando sem que sentíssemos e enquanto a sessão de autógrafos acontecia, íamos conversando entre nós, até o momento em que ouvimos as agentes penitenciárias nos apressando para encerrar a atividade, pois as mulheres precisariam voltar para as celas. Assim, nos despedimos das alunas com abraços fortes e iniciamos a organização dos materiais para sairmos.

A experiência relatada representa para mim a experiência de trabalho com uma subjetividade esmagada, que recupera fragmentos da sua autoestima ao ser lembrada do seu potencial para a vida e para a criação. Cada pedaço remendado que constituiu este dia do lançamento do livro das mulheres encarceradas carrega em si significantes de transformação, de desconstrução dos estigmas entranhados na imagem dessas mulheres que, sócio-historicamente, foram associadas à criminalidade e a todo

¹⁰ Nome escolhido em homenagem à escritora Eliana Alves Cruz, autora do livro “O crime do Cais do Valongo” e demais obras.

¹¹ Nome escolhido em homenagem à escritora Miriam Alves, autora do livro “Maréia” e demais obras.



comportamento passível de punição. Nessa perspectiva, para Nogueira (2021), a população negra, sendo vítima das representações sociais que associam seu corpo a todos os sentidos socialmente recusados, se encontra condenada a carregar na própria aparência a marca da inferioridade social, afetando sua própria possibilidade de se constituir como sujeito humano na sociedade.

De acordo com Fanon (2020), a identificação com o “ser negro” se configura a partir de tudo que é considerado ruim, perverso e instintivo no nosso inconsciente coletivo, sobredeterminando a pessoa negra a partir do seu exterior, tornando-a escrava da sua própria aparência. Dessa forma, o sistema prisional não apenas mantém, como reforça a identificação de mulheres e homens negros com a criminalidade, a perversidade e a bestialidade. No caso das mulheres negras encarceradas, esse processo de identificação provoca intenso adoecimento mental, na medida em que elas mesmas acabam se vendo identificadas com essas imagens consideradas socialmente indesejáveis e negativas.

Em consonância com as ideias elaborados por Fanon (2020) e Nogueira (2021), Carneiro (2023), ao dialogar sobre o projeto necropolítico do Estado de “fazer viver e deixar morrer”, aponta que o biopoder se apoia na hostilidade e no desprezo consolidados socialmente para eliminar um outro indesejado. Aqui, o corpo da mulher negra no cárcere é esse outro repudiado, alvo da eliminação pelo biopoder, que aciona o dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023) para condená-la e deixá-la morrer. Nesse cenário, para além das grades de sua cela, essa mulher se encontra encarcerada em um complexo de identificações adoecedoras e sub-humanas, reforçadas pela sociedade, pelo Estado e seus mecanismos de controle.

Entretanto, no contrafluxo desse engodo produzido por uma sociedade racista, a ação do coletivo traz outras identificações possíveis para essas mulheres, que possam contribuir para sua autoestima e a construção de uma autoimagem positiva. Assim, se a rede de significações da nossa sociedade atribuiu, historicamente, à população negra a significância de tudo aquilo que é indesejável e inaceitável (Nogueira, 2021), a atividade que pudemos realizar neste dia reposicionou a nossa imagem, atribuindo às mulheres negras encarceradas o reconhecimento e identificação de si em tudo que é amor e arte.

3.3 ACORDANDO OS DA CASA-GRANDE

No terceiro ciclo do meu relato, trago as memórias de mais um encontro no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, cujas especificidades dos acontecimentos carregam grande força mobilizadora deste trabalho. Nesse dia, quando chegamos, após passarmos pelos procedimentos de identificação na entrada do Conjunto Penal, fomos informadas de que o encontro deveria ocorrer em um espaço diferente das salas de aula em que normalmente nos reunimos, devido à indisponibilidade destas no momento. Portanto, tivemos que nos organizar para realizar o trabalho na sala da psicologia, um espaço relativamente menor ao que estávamos acostumadas.



Assim que entramos na sala, já começamos a organizar o ambiente: afastamos as mesas, fomos buscar cadeiras em outras salas e as dispusemos em semicírculo. Após a arrumação, aguardamos as alunas, porém percebemos que elas demoravam para chegar e quando chegavam eram poucas. Após esperarmos mais cerca de quinze minutos, decidimos começar o encontro com as mulheres que já estavam presentes. Nesse dia, compareceram apenas seis. Embora eu tenha me sentido um pouco frustrada por não estarem todas presentes, ou, pelo menos, a maioria da turma, encarei a situação como uma oportunidade para estabelecermos diálogos mais íntimos, mal sabendo que seria dessa atmosfera que precisaríamos para ler o texto escolhido.

Nesse novo cenário, o conto que decidimos trabalhar foi “Shirley Paixão” da escritora Conceição Evaristo, presente no seu livro “Insubmissas lágrimas de mulheres”. A narrativa nos conta como a personagem Shirley Paixão é presa após matar um homem que violentava sexualmente sua filha – sendo este o próprio pai da criança e companheiro de Shirley. A personagem fica três anos aprisionada, porém no final do conto volta a morar com suas filhas e netas, narrando uma perspectiva futura de cura das dores do passado para as mulheres dessa família.

Enquanto líamos esse conto, nossos olhos estavam vidrados nas palavras impressas no papel. O conto evocava afetos conflituosos que tocavam em pontos muito íntimos de todas nós. Por estarmos numa sala diferente naquele dia, menor e fechada, o silêncio foi sentido com muito mais força e, como a turma estava em número reduzido, toda a composição do ambiente se tornou intimista, quase como se estivéssemos compartilhando um segredo entre nós. Quando terminamos de ler a história em voz alta, a professora abriu espaço para que as mulheres falassem sobre o que sentiram com a leitura do conto e disse também que, se quisessem, poderiam falar sobre casos semelhantes aos de Shirley Paixão nos lugares onde moravam (caso houvesse) ou até mesmo experiências próprias parecidas. Aos poucos, ainda bastante mobilizadas, elas iam contando sobre as vivências com vizinhas e familiares, narrando ciclos de violência há muito herdados por nossa comunidade.

À luz de Kilomba (2019), é possível pensarmos nesse ciclo de violência vivenciado pela população negra como herança direta dos processos de escravidão, levando esse grupo a uma sequência de eventos violentos que encontram, muitas vezes, no cárcere o seu destino final. Para a autora, o racismo cotidiano produz o acúmulo desses eventos, revelando um padrão histórico de abuso racial que envolve as memórias coletivas do trauma colonial. Nesse cenário, não nos surpreendem as identificações que surgiram entre as alunas com a personagem Shirley Paixão, tendo em vista que, enquanto mulheres negras, estamos sempre sujeitas a vivenciar situações traumáticas dos processos de escravização re-atualizadas no nosso presente. É nesse contexto que o encarceramento nos atravessa como a medida materializada e coletiva de subjugação e morte dos nossos corpos.



Ao longo dos nossos diálogos, observei que apenas uma aluna se manteve em silêncio: Ruth¹² não se manifestou em nenhum momento ao longo da discussão e estava olhando para todos os cantos daquela sala, menos para nós. Atenta às alunas, a professora perguntou a Ruth se ela gostaria de trazer alguma reflexão para a roda. Se ajeitando na cadeira, Ruth riu, disse que estava perdida no conto, e que só queria ir comer, pois estava com fome. A professora recapitulou a narrativa e as próprias alunas tentaram incentivá-la a falar sobre o conto, mas ela permaneceu rindo, fazendo piadas e dizendo que estava com fome. Dessa forma, a professora retornou a conduzir o diálogo ouvindo as demais experiências das mulheres.

No entanto, eu não consegui deslocar meus pensamentos daquela situação e não pude deixar de me perguntar quais eram as raízes do comportamento de Ruth e porque ela demonstrava tanta resistência para falar do conto. Estava mesmo perdida? Tinha achado graça de tudo? Aquele conto não a tocava como nos tocava? Imaginei, naquele momento, que existia ali uma complexidade a ser desvelada. Não pretendo realizar diagnósticos ou até mesmo construir suposições a respeito do acontecimento, mas planto aqui uma semente de reflexão: é possível que o silêncio de Ruth e sua pretensa indiferença ao tema aproxime-a mais da realidade do conto do que todas nós? Estaria essa mulher tão imersa no contexto de violência narrado por Shirley Paixão que a sua forma de se proteger da enxurrada de sentimentos dolorosos fosse pelas vias da negação? De que fome Ruth falava?

Para Freud (1925), a negação é “uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido”, ou seja, o conteúdo reprimido (seja um sentimento, uma situação ou um pensamento) pode chegar até a consciência sob a condição de ser negado. Na visão da psicanálise freudiana, é importante observar quando o paciente se coloca de prontidão a negar a ocorrência de determinados pensamentos ou desejos que, para ele, possam ser repreensíveis ou ameaçadores.

Lendo Freud na perspectiva da colonialidade escravista que constitui nossas experiências de mulheres negras em diáspora, Kilomba (2019) caracteriza a negação como o movimento de ganhar consciência da ideia reprimida, mas com uma formulação negativa, por ainda não poder ser completamente confessada. No caso de Ruth, o que a postura de suposto descaso com o conto diz sobre como ela se relaciona com este? É possível pensar que houve nesse momento, um processo de negação como mecanismo de defesa de um tema que pode suscitar afetos desorganizadores e violentos. Se mostrar perdida, desinteressada, pode ser um modo encontrado para se defender de um sofrimento ameaçador.

É importante considerar que, durante o período da escravidão, muitas pessoas negras escravizadas encontravam na repressão de suas emoções uma forma de sobrevivência. (Tavares, 2021). De acordo com a autora, não demonstrar afetos considerados indesejáveis pela população branca, ou

¹² Nome escolhido em homenagem a uma das assinaturas estéticas da escritora Luciany Aparecida, com a qual ela assina a obra “Contos ordinários de melancolia” que foi trabalhada neste ano no programa.

até mesmo não expressar sofrimento pelas mortes de pessoas negras, poderia ser uma forma de se manter viva(o). Ruth, como uma mulher negra em situação de encarceramento, herdeira dessa história de escravidão, encontra sua forma de sobrevivência, possivelmente, na repressão de seus sentimentos, camuflando-os com o riso e a despreocupação.

Tavares (2021), ao falar sobre a impossibilidade da expressão do luto na população negra, explica que, desde a escravidão, fomos e continuamos sendo hiperexpostos à morte e ao rompimento abrupto de vínculos afetivos devido a diversos fatores, inclusive ao encarceramento em massa. Indo além, podemos dizer que mulheres e homens negros são hiperexpostos às perdas, considerando que, dentro do sistema prisional, essa população se defronta com a perda da liberdade, da autoestima, do direito ao próprio corpo e do contato com sua comunidade. Essa hiperexposição, junto com o risco de perder a própria vida no confronto com os agentes de segurança do Estado e a negação do racismo, impossibilita a expressão do luto. Seguindo por essa linha de raciocínio, a realidade no sistema prisional também impossibilitaria a expressão dos afetos, tendo em vista o medo do confronto com agentes penitenciárias, com as próprias estruturas do racismo que sustentam os muros do cárcere e a necessidade de sobrevivência.

Desse modo, há de se perguntar quais são os efeitos produzidos por esses processos de negação e repressão das emoções na saúde mental das mulheres negras encarceradas no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito. Sujeitas a uma série de violências, recorrendo à repressão da raiva, da vergonha, do medo, da tristeza e da angústia, essa construção cognitiva, equiparada à impossibilidade de expressão do luto, gera “sentimentos de impotência e desesperança que se associam à depressão, à dificuldade de formar vínculos duradouros e, por fim, ao suicídio” (Tavares, 2021, p. 3).

Quando concluímos o encontro deste dia, saí refletindo sobre a situação que vivenciamos. Ruth foi para nós a materialização de uma herança transgeracional. Assim como parte de nossas ancestrais precisaram se calar e reprimir seus afetos para se manterem vivas, ela, muito possivelmente, também carrega consigo, muitos anos depois, essa técnica de sobrevivência. Entretanto, mesmo em seu silêncio, Ruth estava presente em nossa roda, cercada de outras mulheres negras que compartilhavam da sua dor e fizeram da sua voz, as vozes delas. Por isso, considero as experiências que tive e continuo tendo no projeto *Corpos Indóceis e Mentis Livres*, experiências escrevíveis, pois essas mulheres em seus poemas, contos, narrativas – não se calam, nem reprimem suas emoções para o conforto de seus senhores (Tavares, 2021). Aqui, as mulheres negras escrevem sobre todas as suas dores, suas vivências, seus desejos, seus sonhos e suas memórias, não mais para adormecer os da casa-grande, mas para acordá-los de seus sonos injustos¹³.

¹³ Em referência e homenagem ao conceito de *escrevivência*, raiz deste relato, criado pela escritora Conceição Evaristo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ampliação de estudos e pesquisas na área do encarceramento e sua relação com a saúde mental da população negra, novos caminhos vêm sendo trilhados para construirmos possibilidades de atuação em Psicologia. No entanto, não se pode pensar a problemática do encarceramento sem antes dialogarmos com o nosso passado sócio-histórico e nos voltarmos para as estruturas que tornaram possível a manutenção do sistema prisional que conhecemos hoje. Os diálogos a serem traçados serão e precisam sempre ser atravessados pelas relações de raça, gênero e classe, para que um novo projeto – ético-estético-político – de sociedade possa ser vislumbrado e construído. É, portanto, nesse lugar de (re)existência que o presente estudo se posiciona e pretende se fazer semente.

Ao longo do tempo, autoras como Davis (2016), Carrascosa (2018), Borges (2019) e Akotirene (2020) estudaram o sistema prisional como uma continuidade dos processos de punição e controle dos corpos negros na época da escravidão, possibilitando assim a racialização do debate sobre o tema. Em conformidade, esses estudos dialogam diretamente com os dados sobre encarceramento em massa no Brasil, os quais apontam para um crescimento exponencial do número de pessoas presas no país, em sua maioria negras, principalmente no que se refere à população carcerária feminina. Em outras palavras, o fenômeno do encarceramento não somente é atravessado por raça, gênero e classe, mas pretende traçar um perfil específico de criminalidade. Nesse processo, é a mulher negra e pobre o alvo dos processos de identificação com representações socialmente “condenáveis” e “repudiáveis”.

Diante do exposto, é nítida a consolidação de um projeto necropolítico (Mbembe, 2018) de determinação de quem merece viver e quem deve morrer. Pelas mãos do Estado, as mulheres negras encarceradas são submetidas a mortes e perdas simbólicas no cárcere, estando sujeitas a violências físicas e psicológicas que extrapolam a privação da liberdade enquanto punição prevista. Expostas ao trauma do encarceramento e a todos os elementos estressores e aversivos cotidianamente presentes na prisão, as mulheres negras são sistematicamente expropriadas da sua saúde mental, sem recursos para lidarem com o possível surgimento de condições psicopatológicas.

Assim, ao longo do presente estudo, busquei compreender como as teorias e as pesquisas desenvolvidas na área do encarceramento poderiam se relacionar com o real do cárcere e seus impactos na saúde mental de mulheres negras, através de relatos protagonizados por elas mesmas. Esse movimento de (des)construção se deu através de narrativas vivas e vividas que pretendem me deslocar do centro da experiência, pois não desejo designar a essas mulheres, com as quais me ligo umbilicalmente por um fio comum, iniciado nos processos de escravidão, à posição de objetos de pesquisa.

Desse modo, o relato se desenha com contornos escriventes e vem ao mundo fundamentado pela narração de três dias selecionados dentro dos meus anos de experiência no Conjunto Penal



Feminino do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador. Assim, cada dia relatado representa momentos em que as alunas do projeto de extensão *Corpos Indóceis e Mentes Livres* deram vida a este trabalho. Com suas vozes-denúncias e seus corpos-arte, elas nos contam suas dores e expõem suas feridas provocadas pelo sistema prisional e os mecanismos racistas de mortificação de suas subjetividades pelo Estado em suas ramificações. Essas mulheres negras nos comunicam sobre o seu adoecimento mental, falam de seus sintomas, dos casos de depressão, ansiedade, tentativas de suicídio e medicalização psiquiátrica compulsória, sem o acompanhamento psicológico necessário.

No entanto, mesmo submetidas a esses efeitos produzidos pelo processo de encarceramento, as atividades de leitura, produção escrita, performance e outras formas de manifestações artísticas, se apresentaram como importantes possibilidades de promoção de saúde mental para as mulheres participantes do projeto. Em meio ao cotidiano de sofrimento na prisão, as alunas nos trazem que nossos encontros são momentos para “respirar” durante a semana e que a oportunidade de falar e escrever livremente promovem a sensação de que mesmo com seus corpos aprisionados, suas mentes voam para longe das grades das celas e se desencarceram.

A experiência de fazer parte do projeto de extensão *Corpos Indóceis e Mentes Livres* e ter a oportunidade de estar ao lado das mulheres encarceradas no Conjunto Penal Feminino está para além das rápidas elaborações costumeiras da contemporaneidade. É o encontro com o real que te (des)mobiliza nas suas conjecturas e te coloca diante da urgência da construção de mudanças profundas no nosso inconsciente coletivo. Esse processo doloroso e aterrador de aprendizado, atravessado por processos de identificações, me convocou a olhar para o que há de mais subterrâneo em nossa sociedade e buscar transformar meu fazer psicológico em um fazer questionador, sócio-histórico e político. Tendo isso em vista, após trilhar os caminhos da construção desse relato, acredito na indissociabilidade entre a Psicologia, suas discussões em saúde mental e os aspectos de raça, gênero e classe.

Estaria a Psicologia preparada em sua ética e bem-posicionada na história para atuar nesse complexo emaranhado de problemáticas circunscritas à questão do encarceramento e às especificidades de adoecimento mental de mulheres negras? Estamos preparadas(os) para traçar um movimento de desorganização da representação do sistema prisional em nosso mundo psíquico? A priori, é fundamental desassociar a imagem das mulheres negras dos estigmas construídos durante a colonização, os quais objetivaram classificar seus comportamentos como inadequados e passíveis de punição (Akotirene, 2020). Para além, é preciso desconstruir em nosso imaginário a representação mental das prisões como instituições fundamentais para a solução dos nossos problemas de segurança pública e começar a visualizá-las como máquinas de adoecer, controlar e mortificar pessoas negras.



Ademais, considero fundamental demarcar a dificuldade com a qual me deparei para encontrar trabalhos em Psicologia que pudessem dialogar com os meus objetivos desenvolvidos no presente trabalho. A proporção de estudos sobre encarceramento e seus impactos na saúde mental de mulheres negras que encontrei em minhas pesquisas não condiz com a quantidade e intensidade das problemáticas que emergem do tema e que precisam ser estudadas. Assim, é nessa urgência ético-estético-política que baseio este relato de experiência e procuro plantar transformações na área que escolhi para seguir. Espero contribuir para a construção, na Psicologia, de um novo olhar para o sofrimento psíquico do público contemplado, instigando, quem sabe, o campo de saber em que me instalo a lançar sobre si uma reflexão autocrítica: estaria a Psicologia, até aqui, com seus discursos e seus silêncios, legitimando a máquina carcerária de produção racialmente seletiva de sofrimento mental? Qual seria seu papel neste debate? Mais além, quero escrever para inquietar, criar ruptura e desacomodar, pretendo com este trabalho, como nos ensina Conceição Evaristo, escrever meus caminhos, me autoinscrever no interior do mundo e fazer deste relato um ato de insubordinação.



REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2020). *Ó pa í, Prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. São Paulo: Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Bocchini, B. (2023, 20 de julho). População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. Agência Brasil. Recuperado em 05/05/2024 de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude* (1 ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Pólen.
- Bahiano, M. de A., & Faro, A. (2022). Depressão em pessoas sob aprisionamento no sistema carcerário: revisão integrativa. *Psicologia USP*, 33, e210159. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210159>
- Carrascosa, D. (2015). *Técnicas e políticas de si nas margens, seus monstros e heróis, seus corpos e declarações de amor: literatura e prisão no Brasil pós-Carandiru* (1 ed.). Curitiba: Appris.
- Carrascosa, D. (Org.).(2023). *Firminas em Fuga*. Salvador: Ogum's Toques Negros.
- Coelho, M. T. A. D. (2012). A saúde mental de infratores presos numa unidade prisional da cidade do Salvador. In Coelho, M. T. A., & Filho, M. J. de C (Org.). *Prisões numa abordagem interdisciplinar*. (pp. 131-144). Salvador: EDUFBA.
- Carneiro, S. (2023). Poder, saber e subjetivação: Do dispositivo. In Carneiro, S. *Dispositivo da racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. (1 ed., pp. 25-59). Rio de Janeiro: Zahar.
- Carneiro, S. (2023). Poder, saber e subjetivação - O biopoder: a Negritude sob o signo da morte. In Carneiro, S. *Dispositivo da racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. (1 ed., pp. 61-86). Rio de Janeiro: Zahar.
- Camargo, W. C., & da Rosa, L. R. (2019). (Re)Pensando o Fazer Psi no Sistema Prisional: Relato de Experiência. *PSI UNISC*, 3(2), 156-171. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i2.12683>
- Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?* (Trad. Marina Vargas, 2018). Rio de Janeiro: Difel.
- Davis, A. Dent, G., Meiners, E. R., & Richie, B. E. (2023). *Abolicionismo. Feminismo. Já*. (Trad. Raquel de Souza, 2023). (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Dias, B dos. A., Oliveira, L. L. S. F de., Nascimento, I. O., Santos, R. K. F dos. (2022). SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. *Revista de Extensão da UNIVASF*, 10(1), 138-152. Recuperado de <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1902>



- Daltro, M. R., & Faria, A. A. de. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. Recuperado em 18 de outubro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In Duarte, C. L., Nunes, I. R. (Org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. (2011). *Insubmissas lágrimas de mulheres* (1a ed.). Belo Horizonte: Nandyala.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. (Trad. Raquel Camargo & Sebastião Nascimento, 2020). São Paulo: Ubo Editora.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (27 ed.). (Trad. Raquel Ramallete, 1987). Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (2021). A negação. In Freud, S. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. (Trad. Paulo César de Souza, 2021). (1a ed., pp 275-282). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. (Trad. Jess Oliveira, 2019). Rio de Janeiro: Cobogó.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Maia, B. A. T., & Santos Souza, C. (2020). A DESPERSONALIZAÇÃO DAS MULHERES COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS PARA ALÉM DA PENA DE RECLUSÃO. *Revista Transgressões*, 7(02), 69–92. <https://doi.org/10.21680/2318-0277.2019v7n02ID18584>
- Mendes, L. A. (2012). *Cela Forte*. São Paulo: Global.
- Martins, L. M. R. (2019). *Um olhar negro sobre o sofrimento psíquico e as vozes silenciosa das mulheres encarceradas: um diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no sistema carcerário no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil.
- Mussi, R. F. de F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. de. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.
- Martins, T. V., Lima, T. J. S. de., & Santos, W. S.. (2020). O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7), 2793–2802. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>
- Machado, V. S., & Bairrão, J. F. M. H. Do ventre escuro de um porão vou baixar no seu terreiro. In: XVII Encontro Nacional da Abrapso praticas sociais, politicas publicas e direitos humanos., 2015, Florianópolis. *Interseções em Psicologia Social: Raça/Etnia, Gênero, sexualidades*. Florianópolis: Bosque, 2013. v. 7.



Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203-219. Recuperado em 03 de outubro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&tlng=pt

Santos, P.R.F. dos., Santos, L. G. G. dos., Santos, Fr. F. N., & Menezes, M. T. dos S. (2022). Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisionais sergipano. *Revista Katálysis*, 25(2), 291-302. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84659>

Souto, V. S., & Menezes, M. S. T. B. (2016). Fatores que favorecem a reincidência criminal à luz da análise funcional. *Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5, p. 155-163.

Tavares, J. S. C. (2021). Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In: J. S. Santana (Org.). *Saúde das populações negras na América e África*. (1ª. ed., pp. 63-23). Salvador, BA: EDUNEB.

Tavares, J. (2018, 06 de outubro). Saúde Mental da População Negra. *Revista Mensa Brasil*, p. 31-37.

